

Revista EDUCA Amazônia: Educação Sociedade e Meio Ambiente, LAPESAM, GISREA/UFAM/CNPq-EDUA- ISSN 1983-3423- Ano 2, Vol 2, Nº 2, Jul- 2009, Pág. 135-148.

PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO: POR UMA ESCOLA MAIS AUTÔNOMA E DE QUALIDADE

Vera Lúcia Reis da Silva*

RESUMO: Este trabalho traz como foco de estudo o Projeto Político-Pedagógico (PPP) e tem como objetivo maior analisar criticamente o papel deste Projeto para o processo de construção da autonomia na organização do trabalho pedagógico. Norteados por questões que indicaram os caminhos da pesquisa, como: Qual o processo de construção e implementação do PPP evidenciado no referencial teórico? Qual a importância do PPP da escola para o cotidiano do trabalho pedagógico? Como se evidencia no interior da escola o princípio da autonomia? O estudo percorreu as trilhas de uma pesquisa de campo em uma escola de Ensino Fundamental, na qual o objeto analisado requereu uma abordagem qualitativa, pela relação dinâmica e pela convicção de trabalhar com um nível de realidade que não podia ser quantificado. Na coleta de dados foram utilizadas observação e entrevista semi-estruturada. Dialogamos teoricamente sobre o Projeto Político-Pedagógico, tendo na concepção emancipadora a perspectiva de transformação da realidade da escola. À luz do referencial teórico, fundamentado em autores como: Vasconcellos (2009, 2008); Veiga (2004); Gadotti e Romão (2004); Neves (2004); Veiga e Resende (1998); LDB (9.394/96), tecemos comentários sobre o PPP e analisamos o princípio da autonomia da escola na possibilidade de visualizar a qualidade preconizada nos documentos oficiais. Na apreciação da realidade estudada, a análise apontou que, por questões burocráticas e melhor coordenação do trabalho pedagógico, a construção do seu Projeto não aconteceu com a participação da comunidade escolar e, por conseguinte, a escola encontra dificuldades na sua implementação. A autonomia perde o sentido e o valor quando não há clareza para os sujeitos da importância de se iniciar esse processo de construção no interior da escola e, assim, o trabalho por uma educação de melhor qualidade precisa ser melhor entendido pelo coletivo da escola.

Palavras-chave: Projeto Político-pedagógico. Trabalho pedagógico. Autonomia da escola.

POLITICAL PEDAGOGICAL PROJECT: FOR A SCHOOL WITH MORE AUTONOMY AND QUALITY

ABSTRACT: This work brings as a study focus the Political Pedagogical Project (PPP) and has as a major objective to analyze critically the role of this Project for the construction process of autonomy in the organization of the school pedagogical work. Guided by questions that indicated the paths of the research, such as: What is the process of construction and implementation of the PPP evidenced in the theoretical reference? What is the importance of the school PPP for the daily pedagogical work? How is the principle of autonomy evidenced within the school? The study was conducted by a field research in an Elementary School, in which the analyzed object required a qualitative approach, due to the dynamic relationship and the conviction to work with a level of reality that could not be quantified. To gather the data, we used the observation method and semi-structured interview. We theoretically discussed about the Political Pedagogical Project, having in the emancipatory conception the perspective of transformation of the school's reality. As for theoretical references, the study is based on authors such as Vasconcellos (2009, 2008); Veiga (2004); Gadotti (2004); Neves (2004); Resende and Veiga (1998) as well as the LDB #9.394/96 (Brazilian Guidelines for the Education system). We commented about the school PPP and examined the principle of school autonomy as for trying to visualize the quality advocated in official documents. Our contact with the school reality showed that, for bureaucratic reasons and better coordination of pedagogical work, the construction of its project did not happen with the participation of the school community and, therefore, the school has faced some difficulties in its implementation. The autonomy loses its meaning and value when there is no clarity to the subjects of the importance of starting this construction process within the school and, thus, the work for a higher quality education needs to be better understood by the public school individuals.

Keywords: Political Pedagogic Project. Pedagogical work. School Autonomy.

* Mestre em Educação pela Universidade Federal do Amazonas - UFAM. Docente do Instituto de Educação, Agricultura e Ambiente, Unidade Permanente da UFAM, em Humaitá/AM. E-mail: veluresi@gmail.com

INTRODUÇÃO

A interiorização da universidade federal no Sul do Amazonas possibilitou a parceria com as escolas públicas que, através de pesquisas e cursos de extensão estão sendo socializados e disseminados conhecimentos necessários à prática docente e, isto, vem dinamizando a presença da universidade neste processo de expansão do ensino superior, no município de Humaitá.

Diante do exposto inicial, este artigo é fruto de uma pesquisa que teve como *locus* uma das escolas desse município enfocando o Projeto Político-Pedagógico (PPP).

Sendo este Projeto considerado pela nova LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9.394/96) - como norteador do trabalho pedagógico, decidimos acompanhar a dinâmica de uma escola pública de Ensino Fundamental que já tivesse construído o seu PPP.

Levando em consideração as mudanças pelas quais passa a sociedade globalizada muitos são os apelos para que escola e professores desenvolvam atitudes favoráveis à melhoria da educação, desvencilhando-se de velhos paradigmas e concepções enraizadas no cotidiano do fazer pedagógico e assim, conquiste autonomia necessária para a transformação da realidade escolar ora vivenciada. Então, colocar o PPP como foco deste estudo e um olhar, também, direcionado para a autonomia da escola é tentar contribuir com esta instituição, no sentido de valorizá-la como instrumento mobilizador para transformações sociais que urge no contexto atual.

Deste modo, pensar em Projeto Político-Pedagógico pressupõe pensar em possibilidades de construção de autonomia no interior da escola. É neste cenário que visualizamos o PPP, como um instrumento que abre possibilidades para este processo que exige responsabilidades e práticas comprometidas com mudanças que se requer para a escola de hoje.

Para compor os subsídios teóricos para este trabalho, tomamos como base a literatura que enfatiza o objeto de estudo e, nesta busca, percebemos a importância que tem-se dado ao Projeto Político-Pedagógico. Este, como afirma Veiga (2004), tem sido

objeto de estudos por parte de professores, pesquisadores e instituições educacionais em nível nacional, estadual e municipal, com o objetivo de alcançar a qualidade do ensino.

CONTEXTUALIZANDO A TEMÁTICA: PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO

As transformações ocorridas desde a metade do século XX no mundo contemporâneo provocaram uma rápida mudança nas estruturas produtivas nas bases das sociedades, gerando, com isso, a necessidade de respostas urgentes aos desafios dos novos tempos.

Com a hegemonia do capitalismo, houve uma corrida dos governos de países interessados pelo controle econômico e político em manterem-se frente à disputa por mercados. Diante dessa situação, das variáveis que proporcionaram um diferencial nas economias capitalistas emergentes, a principal se dava no investimento em educação. Isso significa que a nova ordem mundial exigiu uma modificação e adaptação à realidade do complexo cenário que se traçava de feitio neoliberal. Essas mudanças vão obrigar os sistemas de educação a uma profunda alteração nas escolas e na organização do seu trabalho pedagógico.

Neste contexto, é visível perceber que, no modelo globalizado, organismos internacionais como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional ditam as normas, também, para os sistemas de ensino e suas respectivas escolas e, com o discurso do “urgente” e do “necessário”, se propala a construção de um projeto que atenda aos anseios da sociedade, sem levar em consideração a realidade das escolas e suas necessidades para a transformação do ensino que seja realmente de qualidade para uma maior quantidade de alunos, com ênfase, aqui, da Educação Básica.

Neste sentido, o Projeto Político-Pedagógico tem se constituído um instrumento importante para essa discussão, pois, com ênfase, também, na autonomia do trabalho pedagógico, pode contribuir de modo significativo na reordenação da escola, com vistas à consecução de resultados positivos para a mudança da realidade social.

Assim, este Projeto pode ser um ponto de partida para ações emancipadoras e não para ações de controle, principalmente quando este sai do campo puramente da “ordem instituída” para propiciar, às práticas pedagógicas, permanente reflexão e discussão dos problemas que interferem no trabalho dos profissionais dentro da escola ou mais especificamente dos professores dentro e fora da sala de aula.

Explicitação e definição de termos

Um primeiro aspecto a ser enfatizado, neste trabalho, diz respeito à expressão Projeto Político-Pedagógico. Veiga (2004) ressalta que o seu caráter intencional é o compromisso definido coletivamente, que o torna um projeto com características pedagógicas e políticas. Para a autora:

[...] todo projeto pedagógico da escola é, também, um projeto político por estar intimamente articulado ao compromisso sociopolítico com os interesses reais e coletivos da população majoritária. É político no sentido de compromisso com a formação do cidadão para um tipo de sociedade [...]. Na dimensão pedagógica reside a possibilidade da efetivação da intencionalidade da escola, que é a formação do cidadão participativo, responsável, compromissado, crítico e criativo. Pedagógico, no sentido de definir as ações educativas e as características necessárias às escolas de cumprirem seus propósitos e sua intencionalidade (p. 13).

De igual modo, Gadotti (2004) entende que todo projeto pedagógico é necessariamente político e que poderia denominá-lo apenas de “*projeto pedagógico*”. Mas, a fim de dar destaque ao político dentro do pedagógico, prefere desdobrá-lo em “*político-pedagógico*” (grifo do autor). Também Vasconcellos (2008) opta por nomeá-lo de Projeto Político-Pedagógico, por ser este um termo que, segundo o autor, contempla desde as dimensões mais específicas da escola (comunitárias, administrativas e pedagógicas) até as mais gerais (políticas, culturais, econômicas). Por sua vez, Resende (2004, p. 90) considera que é “importante enfatizar a concepção de projeto pedagógico também como político, pois são dimensões indissociáveis, na medida em que se tornam intrinsecamente dependentes o fazer educativo e o fazer político.”

Esta também é a nossa posição. Preferimos a redundância da expressão político-pedagógico para o distanciamento de qualquer conotação com uma abordagem meramente tecnicista e como se a total responsabilidade de sua construção e implementação fosse apenas de uma equipe técnico-administrativa.

Neste sentido, a visão política deste Projeto se reporta ao aspecto de sua construção coletiva, envolvendo uma comunidade participativa que, através de seu envolvimento, ajuda a dar vida e a fazer com que o projeto tenha sentido no cotidiano da escola. Quanto ao pedagógico, o Projeto assume o significado de dar direção à

escola, assume o papel de norteador que ajuda na definição das diretrizes, o que pode ser feito, quais as ações que podem alterar a realidade ora enfrentada.

Aproximações teóricas

A escola, há algum tempo, por ser considerada um instrumento capaz de mudar a realidade social, foi vítima de duras críticas dos que afirmavam que seu papel era o de reproduzir a ideologia do Estado. Para Vasconcellos (2009), a partir da década de 70, com as críticas da sociologia francesa, a escola se vê como palco de conflitos e contradições sociais. Desde então, a explicitação de seu projeto para dizer a que veio e onde pretende chegar se torna cada vez mais importante.

Para este mesmo autor, o PPP é o plano global da instituição, podendo ser entendido como a sistematização, nunca definitiva, de um processo de planejamento participativo que vai se aperfeiçoando e se definindo na caminhada a partir da leitura da realidade. Neste sentido é um instrumento teórico-metodológico para a transformação da realidade, sendo, portanto, um elemento de organização e integração da atividade prática da instituição neste processo de transformação.

Para Veiga (2004, p. 13), “o projeto político-pedagógico busca um rumo, uma direção. É uma ação intencional, com sentido explícito, com compromisso definido coletivamente”.

O Projeto Político-Pedagógico, de acordo com Neves (2004, p. 110), “é um instrumento de trabalho que mostra o que vai ser feito, quando, de que maneira, por quem, para chegar a que resultados [...]”.

Para Gadotti (2004), o projeto pedagógico da escola é um processo inconcluso, uma etapa em direção a uma finalidade que permanece como horizonte da escola. Em razão disso, ao procurar retratar a realidade da escola como um todo, o PPP, realmente, nunca está pronto e acabado. Assim, assume um caráter contínuo, um processo de constante reconstrução. Mas, como enfatiza Hengemuhle (2007), precisamos criar a cultura da construção e da presença viva do projeto pedagógico no cotidiano da escola, pois o sucesso de qualquer instituição e pessoa está vinculado à prática do planejado.

Ao representar e incorporar a constante transformação do cotidiano da escola, esse Projeto precisa procurar reforçar a articulação teoria/prática, compreendendo a prática a partir da teoria e realizando a prática com base teórica sólida. E, para isto, é necessário um esforço conjunto, no sentido de um planejamento coletivo e participativo.

Isto não é um processo fácil, pois exige que os envolvidos compreendam, de fato, a importância e a necessidade desse projeto para a escola.

Trata-se de um projeto sério que requer compromisso mútuo. Entendemos que, enquanto possibilita a melhor definição da identidade da instituição, a abertura de horizontes favorece uma certa estabilidade para a caminhada, leva a um maior comprometimento, favorece a definição de linhas, metas mais claras para o trabalho, fundamenta reivindicações, leva a conquista de mais espaço para uma educação de qualidade democrática (VASCONCELLOS, 2009).

Este autor não vê o PPP como panacéia, como uma receita mágica que resolveria todos os problemas da escola. Da mesma forma, o pensamento de que não se trata de um projeto que produza milagres, também é compartilhado com Resende (2004, p. 92), quando pontua, que:

Um projeto político-pedagógico corretamente construído não garante à escola que a mesma se transforme magicamente em uma instituição de melhor qualidade, mas certamente permitirá que seus integrantes tenham consciência de seu caminhar, interfiram em seus limites, aproveitem melhor as potencialidades e equacionem de maneira coerente as dificuldades identificadas. Assim será possível pensar em um processo ensino-aprendizagem com melhor qualidade e aberto para uma sociedade em constante mudança; a escola tera aguçado seus sentidos para captar e interferir nessas mudanças.

Veiga (2004), por sua vez, esclarece que o PPP no é somente um documento que trata das diretrizes pedagógicas da instituição educativa, mas um produto específico que reflete a realidade da escola coletivamente. é neste sentido que a adesão à construção do PPP não pode acontecer pela forçá da imposição, mas com uma preparação do grupo como um todo, refletindo sobre a importância do Projeto na perspectiva de ser útil não so para a vida da escola, mas para a de seus sujeitos. é um ato de sensibilização e de conquista dos que fazem parte da instituição escolar.

Com respaldo na LDB 9.394/96, a escola é identificada como um importante espaço educativo e reconhece, nos profissionais da educação, competências que os habilitam a organizar seu trabalho pedagógico através da construção do PPP. Entretanto, às vezes, é negada a construção coletiva nas instituições de ensino, principalmente quando não são oferecidas as mínimas condições de trabalho e nem são atendidas as necessidades peculiares das escolas e de seus profissionais.

APREENSÃO DA REALIDADE EM RELAÇÃO AO PPP E O TRABALHO PEDAGÓGICO

Como é sabido, o discurso pela mudança da/na escola, hoje, tornou-se imperativo. E com as exigências do mundo do trabalho, a escola deve lançar-se ou projetar-se para o futuro e, para acompanhar as mudanças da chamada sociedade do conhecimento, mais do que nunca, recai sobre os profissionais da educação a responsabilidade de desenvolverem seu trabalho pedagógico voltado às transformações da realidade social, situações que chegam ser desafiadoras para o coletivo da escola.

Neste contexto, no campo de suas práticas pedagógicas, professores procuram, sem uma alicerçada formação, o que fazer e como fazer diante de tanta responsabilidade, para num só tempo não só preparar o aluno para enfrentar o mercado de trabalho, mas, formar o homem e o cidadão, transformando-o em um ser social a ser inserido num novo contexto histórico no qual estamos vivendo.

Diante disto, nossa análise se faz sobre o papel do PPP, pois o consideramos condição relevante para nortear os caminhos da escola e de seus profissionais em relação à organização do trabalho pedagógico, pontuado por Veiga (2004, p. 14), em dois níveis: “como organização da escola como um todo e como organização da sala de aula, incluindo sua relação com o contexto social imediato, procurando preservar a visão da totalidade”.

Nesse posicionamento, há consonância com os dois significados de “trabalho pedagógico” expressados por Villas Boas (2008). O primeiro, em sentido mais amplo, refere-se ao trabalho realizado pela escola como um todo. O segundo, em seu sentido restrito, “o trabalho pedagógico resulta da interação do professor com seus alunos, em sala de aula convencional e em outros espaços” (p. 183).

O Projeto Político-Pedagógico na concepção dos sujeitos

Mesmo com as exigências da LBD, para que cada escola de Educação Básica construa um projeto próprio que lhe dê vida e identidade própria, após mais de uma década, este ainda tem sido um desafio para a gestão pedagógica, pois, nesta pesquisa, foi possível perceber que não há aproximação entre a teoria e a prática e nem conhecimento mais aprofundado, por parte dos sujeitos, sobre o Projeto Político-Pedagógico.

O PPP é comparado a um edifício que é construído coletivamente por todos os que fazem a escola, por isto, é necessário que haja transparência e legitimidade do projeto que derivam das diversas instâncias de decisões e discussões, passíveis de publicidade. Porém, percebe-se que não houve a participação da comunidade escolar como um todo na elaboração do PPP: “*Quem participou foram só os professores que me ajudaram na elaboração das metas que queríamos alcançar e eles foram dando sugestões*” (P 4) *.

Isto confirma que não houve o que Vasconcellos (2008) chama de sensibilização, motivação e mobilidade da comunidade escolar para a construção do PPP. Deste modo, para Azanha (2010, p. 20) “aquilo que poderia ser um caminho para a melhoria do ensino público transforma-se em mais uma inútil exigência burocrática de papelada a ser preenchida”. E a escola perde a oportunidade de exercitar a participação da comunidade, pois só se aprende a participar participando e a participação gera o sentimento de pertencimento; e, com isso, o coletivo assume a responsabilidade para que o projeto traga bons resultados para a escola.

O PPP, enquanto plano global apresenta a referência geral, expõe compromissos, desejos, realidades, necessidades. Em razão disso, é um elemento vivo e dinâmico, norteador de todo movimento escolar. Porém, as falas a seguir, expressam que esse projeto não tem ocupado o seu devido espaço nas práticas pedagógicas dos profissionais da escola em estudo por diferentes motivos. Mas, admitem que o documento elaborado precisa de reformulações para atender as necessidades do trabalho pedagógico:

Eu participei da elaboração do PPP, dando minha opinião de como trabalhar as dificuldades dos alunos através da interdisciplinaridade. Sugeri que poderíamos fazer um trabalho de mobilização sobre a preservação do meio ambiente, trabalhar com temas como a pluralidade cultural, só que ninguém senta pra planejar. Por isso, digo que o PPP ainda não tem muita serventia. Nós precisamos rever o PPP (P 6).

Acho que o PPP não está isolado, mas, também, não está totalmente na ativa. Para mim, ele deveria ser revisto no início do ano, no planejamento, para ser reformulado conforme a necessidade do nosso trabalho pedagógico (P 9).

* Para garantir o anonimato dos professores sujeitos da pesquisa, eles foram codificados com a letra P.

Estas falas revelam certa consciência, por parte dos sujeitos, quanto à necessidade de valorização do PPP, contudo, ficou evidenciado que, embora reconheçam a necessidade de reformulá-lo, não foi demonstrada nenhuma atitude voltada para isto. Medel (2008) ressalta alguns pontos a serem lembrados em um universo possível de reflexões sobre avaliação do PPP. Dentre esses, a explicitação de temas diversos que focalizem processos da gestão escolar, como: a avaliação da aprendizagem, a ação docente e a sala de aula, o comprometimento e a adesão ao PPP, a gestão democrática e as práticas participativas, até recursos físicos e financeiros.

Foi confirmado que o PPP da escola caracteriza-se mais como um elemento meramente documental e burocrático do que norteador do trabalho pedagógico. *“Hoje, ele é mais uma questão de ter um documento na escola pelas exigências. Precisamos nos reunir e rever o que precisa ser feito”* (P 4). Além disso, os sujeitos reconhecem que o trabalho acontece de maneira isolada ou fragmentada, como mencionado na fala:

Acho que o trabalho é fragmentado, pois nem todos os professores procuram direcionar o seu trabalho pelo PPP. No planejamento escolar, esse projeto poderia ser revisto para ser o norte e ver o que e para que planejar. Para dar vida ao PPP, seria necessário fazer essa reflexão no sentido de planejar o ano letivo. Ele precisa ser reformulado, pois cada ano você se depara com uma coisa nova, nada é estático [...] (P 9).

Como enfatiza Santiago (2008), cabe à equipe pedagógica propor alternativas de organização que permitam a participação, o pensar juntos, a melhor utilização do tempo, bem como a sistematização, articulando o particular e o geral com propostas coerentes e consensuais com as do grupo que coordenam. Daí a crítica de Oliveira (2010) ao pedagogo, chamando-o a posicionar-se como articulador do trabalho pedagógico e não como “tarefeiro” e burocrata.

Assim, quando o PPP da escola se transforma em mera formalidade e fica engavetado, a tendência é perder sua função muito antes de se perceber o seu real valor e o que poderia ser um caminho para a melhoria da escola, da recriação do trabalho pedagógico objetivando melhor ensino e aprendizagem, transforma-se em uma inútil exigência burocrática, invalidando o PPP como um instrumento de trabalho norteador do que vai ser feito, das ações a serem desenvolvidas para chegar aos objetivos a que a

escola se propôs. Neste sentido, ele deixa de ser um instrumento teórico-metodológico para intervenção e mudança da realidade.

Isto nos remete a análise realizada no PPP, onde a escola planejava refazer o seu trabalho pedagógico através de ação conjunta com apresentação de propostas metodológicas que proporcionassem maior êxito no desempenho dos docentes e discentes (PPP, p. 3). Mas, o que transpareceu é que as propostas não saíram do papel, como esta fala indica: *“Ninguém senta para avaliar o resultado do trabalho pedagógico realizado na escola. Todo mundo está preocupado em cumprir todo o conteúdo. É só na hora da merenda que se tem tempo para ver as situações pedagógicas. Falta a ação”* (P 6).

Como pontua Marques (2006, p. 146): *“A substituição das interações espontâneas por interações pedagógicas faz com que as práticas concretas da educação escolar sejam, de fato e sempre, organizadas e conduzidas, inseparáveis, portanto, de um projeto pedagógico”*. Assim, fica explícito que, quando não há trocas de ideias, o compartilhar, o envolvimento na gestão pedagógica, acontece o que consideramos de impossibilidades de construção de autonomia em seus vários aspectos, como a administrativas e a pedagógica.

EM BUSCA DE COMPREENSÃO DA AUTONOMIA E QUALIDADE DA ESCOLA

Consideramos que a autonomia é um processo de construção, de ação conjunta no interior da escola, com a participação dos profissionais que formam o corpo docente, a equipe gestora e pedagógica, em que conjuntamente apresentem um projeto de educação voltado para melhor qualidade do ensino e aprendizagem significativa para a vida do aluno.

Defendemos um ensino com qualidade social, que converge com o pensamento de Adrião e Camargo (2002) como acesso a todas as informações a respeito do usufruto dos direitos humanos e sociais; garantia do acesso e permanência na escola, bem como a garantia de melhores condições para o ensino e aprendizagem, por meio da socialização do conhecimento e da resolução coletiva e democrática dos assuntos que dizem respeito ao cotidiano escolar.

Diante do exposto, percebe-se a necessidade da materialização da escola como sendo um espaço democratizador, onde professores sejam considerados peças principais

no processo de construção de um novo modo de se fazer e de gerir a escola, pois, neles têm-se concentrado a ação educativa. Seja como professor, coordenador pedagógico ou gestor, deles se espera a iniciativa de desencadeamento de processos inovadores que proporcione não só o acesso do aluno à escola, mas também sua permanência.

Apesar das limitações do trabalho pedagógico, percebemos que há possibilidades de se conquistar espaços pela equipe pedagógica, pelos próprios professores para a efetivação de autonomia no contexto escolar. Como pontua Silva (2006, p. 14), “escola pública estatal autônoma será aquela capaz de fixar as regras de seu próprio existir e agir, levando em conta seus limites e suas potencialidades”.

Assim, valorizamos as oportunidades que surgem para se construir, no interior da escola, a autonomia necessária e reiterar o seu dever, como instituição, no cumprimento de seu papel social. Mesmo sendo um princípio presente na LDB, faz-se necessária a mobilização dos que fazem a escola para sua conquista cotidiana, pois é um processo de construção coletiva e se fortalece na interrelação entre os sujeitos.

Diante do exposto, buscamos captar a percepção dos sujeitos sobre a autonomia em referência às práticas pedagógicas desenvolvido por eles. O enfatizado foi:

Eu tenho autonomia para fazer o meu trabalho. Na minha sala, eu faço gincana com meus alunos para melhorar o aprendizado deles. Como uma professora do 4º ano percebeu que dá certo, nós vamos fazer entre nossos alunos uma competição com conteúdos de Matemática [...]. Eu preparo meus alunos e ela prepara os dela e marcamos o dia para essa realização (P 5).

Nesta fala, embora, se perceba que a autonomia do(a) professor(a) tenha sido demonstrada com atitudes que proporcionam melhor aprendizado aos alunos, pode perceber que iniciativas como esta não eram visíveis na escola. A autonomia não é fortalecida no interior da escola, pois o individualismo se faz presente entre a maioria dos sujeitos, o que justifica a ausência de um trabalho organizado ou planejado coletivamente, enfraquecendo a capacidade institucional da escola de implementar seu PPP.

O nosso trabalho é tudo individualizado Por exemplo, se a gente vai fazer uma gincana, cada um faz em sua sala. A gente não conversa para dizer ou perguntar: como é que tu vais trabalhar tal assunto? Mas, para isso, tínhamos que pôr no papel, como vai acontecer, mas é tudo individual. É isso que eu falo: tem que tirar os alunos da sala, fazer um trabalho interdisciplinar, para a gente fazer um trabalho de campo, mas eu preciso sentar com a professora de Geografia, com a professora de Artes. Mas, como

nós faríamos para não ficar no individualismo? A gente tem que sentar para conversar (P 3).

A falta de iniciativa por parte dos que fazem a escola revela, com clareza, a força da política neoliberal que encontra abrigo nas instituies de ensino, acentuada pelo desfavorecimento ao desenvolvimento do senso crítico. Segundo Santiago (2008), o modelo adotado na organizao da produo levou à escola a uma estrutura linear e compartimentalizada dos currículos, além da fragmentao das tarefas. Assim sendo, esta estrutura precisa ser superada na proposio de um projeto fundamentado em um novo paradigma, em uma nova maneira de se fazer a escola.

O compromisso social, principalmente dos professores, sujeitos mais próximos do processo de concretizao do ensino e aprendizagem, suscita o desejo de mudanças. Isto denota a necessidade de construo da autonomia pedagógica, já que o professor, segundo a LDB, é considerado o principal articulador da qualidade da educao e, por conseguinte, pela formao continuada do desempenho do aluno, mas sozinhos, certamente, professores não terão condies de redimensionar suas práticas, e isto implica na valorizao profissional e em condies objetivas de trabalho. Como assegura Alves (2010), os gestores da educao elegem causas e solues aos problemas, visando o desenvolvimento de seus projetos, mas, é importante observar que tanto nas causas como nas solues eleitas, as condies em que o trabalho é realizado não so questionadas, pois as situaes de trabalho na escola, em si, já se constituem em uma problemática que urge por respostas imediatas.

Assim, a fragilidade da autonomia pedagógica dos professores diante dessa realidade, dificulta e, não raro, inviabiliza a educao de qualidade, o que demanda análise aprofundada da condio docente ou, como prefere Arroyo (2007, p. 195) da “produo docente, histórica, em permanente conformao”.

Mas, acreditamos, também, não haver autonomia no interior de qualquer instituio escolar ao lado de estruturas administrativas burocratizadas e, conseqüentemente, verticalizadas, principalmente, quando aqueles que as compõem ficam alheios às decisões ou discussões que dizem respeito ao seu funcionamento.

CONSIDERAOES FINAIS

Esta pesquisa, por proporcionar-nos um olhar mais aproximado sobre a realidade da escola, possibilitou-nos melhor percepção sobre o trabalho pedagógico desenvolvido no seu cotidiano e, a partir daí, relacioná-lo à importância atribuída ao Projeto Político-Pedagógico. Reconhecemos, contudo, as limitações desta pesquisa para, num tempo limitado, responder questões que envolvem uma realidade complexa como a vivenciada no interior da escola.

Conforme enfatizado no referencial teórico, a construção e a implementação do PPP requerem a participação da comunidade, mas a urgência da burocracia advinda das instâncias superiores contribuiu para que a elaboração do Projeto da escola não configurasse uma construção coletiva. E pela não participação neste processo, os sujeitos não vêm nele um norteador para o trabalho por eles realizado, ficando assim, a autonomia e a qualidade da escola comprometida.

Levar em consideração, além das condições estruturais de trabalho para a concretização da mudança ou mesmo para construção da escola que se deseja, autônoma e de qualidade, é requerer, também, consciência sobre a responsabilidade que é conferida a todos os sujeitos envolvidos na construção desta instituição.

Portanto, esta pesquisa evidenciou a necessidade da escola compreender o significado e a importância do PPP, no sentido de construção de sua autonomia, caracterizando-a como instituição comprometida com mudanças e transformações sociais neste novo contexto em que ela está inserida.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Lei Nº. 9.394 de 20 de dezembro de 1996. Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, 1996.

ADRIÃO, Theresa; CAMARGO, Rubens Barbosa de. A gestão democrática na Constituição Federal de 1988. In: OLIVEIRA, Romualdo Portela de; ADRIÃO, Theresa (org). **Gestão, financiamento e direito à educação**: análise da LDB e da Constituição Federal. 2 ed. São Paulo: Xama, 2002.

ALVES, Wanderson Ferreira. Gestão escolar e o trabalho dos educadores: da estreiteza das políticas à complexidade do trabalho humano. **Educação e Sociedade**, v. 31, nº

110, p. 17-34, jan./mar. 2010. Disponível em: <http://www.cedes.unicamp.br>. Acesso em: 15 jul. 2010.

ARROYO, Miguel González. Condição docente, trabalho e formação. In: SOUZA, João Valdir Alves de. (org.). **Formação de professores para a educação básica**: dez anos de LDB. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

AZANHA, José Mario Pires. **Proposta pedagógica e autonomia da escola**. Disponível em: <http://www.smec.salvador.ba.gov>. Acesso em: 15 jul.2010.

GADOTTI, Moacir. **Projeto político-pedagógico da escola**: fundamentos para a sua realização. In: _____ e ROMO José E. **Autonomia da escola**: princípios e propostas. 6 ed. São Paulo: Cortez, 2004.

HENGEMUHLE, Adelar. **Gestão do ensino e práticas pedagógicas**. 4 ed. Petrópolis:RJ: Vozes, 2007.

MARQUES, Mario Osorio. **Pedagogia**: a ciência do educador. 3 ed. Ijuí: Unijuí, 2006.

MEDEL, Cassia Ravena Mulin de Assis. **Projeto político-pedagógico**: construção e implementação na escola. Campinas, SP: Autores Associados, 2008.

NEVES, Carmen Moreira de Castro. Autonomia da escola pública: um enfoque operacional. In: VEIGA, Ilma Passos Alencastro. **Projeto político-pedagógico da escola**: uma construção possível. 17 ed. Campinas, SP: Papyrus, 2004.

OLIVEIRA, Silvana Barbosa de. **Gestão democrática e a construção do projeto político-pedagógico**: um desafio para intervenção. Disponível em: <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/680-4.pdf>. Acesso em: 22 jul. 2010.

RESENDE, Lcia Maria Gonçlves de. Paradigma – relação de poder – projeto político-pedagógico: dimensões indissociáveis do fazer educativo. In: VEIGA, Ilma Passos Alencastro. **Projeto político-pedagógico da escola**: uma construção possível. 17 ed. Campinas, SP: Papyrus, 2004.

SANTIAGO, Anna Rosa F. Projeto político-pedagógico da escola: desafios  organização dos educadores. In: Veiga, Ilma Passos Alencastro (org). **Projeto político-pedagógico da escola**: uma construção possível. 17 ed. Campinas, SP: Papyrus, 2004.

VASCONCELLOS, Celso. S. **Coordenação do trabalho pedagógico**: do projeto político-pedagógico ao cotidiano da sala de aula. São Paulo: Libertad, 2009.

VEIGA, Alencastro Ilma. **Projeto político-pedagógico da escola**: uma construção possível. 17 ed. Campinas, SP: Papyrus, 2004.

VILLAS BOAS, Benigna Maria de Freitas. **Portifólio, avaliação e trabalho pedagógico**. 5. ed. Campinas, SP: Papyrus, 2008.

Recebido em 24/4/2009

Aceito em 24/6/2009.